

Licenciaturas em questão: performatividade do professor por formulário e controle do trabalho docente

DOI: <https://doi.org/10.33871/23594381.2026.24.2.12341>

Caline do Carmo Couto¹, Renan Bandeirante de Araújo², Maria Jaqueline Giovanini Heidrich³

Resumo: O presente artigo visa contribuir para a compreensão de alguns aspectos relacionados as atuais reformas das licenciaturas no Brasil. Referenciado no materialismo histórico-dialético, o estudo desenvolve-se por meio de pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e documental. Com foco na análise da Resolução CNE/CP nº 04/2024, discorre-se sobre a aplicação da concepção neotecnista no ensino, da correlata busca pela performatividade e da instrumentalização das políticas para formação de professores. Nesse caso, as reformas das licenciaturas, em consonância com o teor da Resolução CNE/CP nº 04/2024, visam o desenvolvimento de políticas capazes de promover a padronização curricular, direcionamento do processo de ensino/aprendizagem para o desenvolvimento de competências, adoção sistemática de avaliações para fins de mensuração do resultado eficiente, incentivo às práticas de monitoramento/controle do trabalho docente e responsabilização do professor/a pelo fracasso escolar. Como parte dessas tendências, a adoção do novo ENADE das licenciaturas, a Educação a Distância, a retomada da Prova Nacional Docente e o Programa Mais Professores para o Brasil, revela o avanço da prática gerencial neoliberal sobre a educação, processo que implica no esvaziamento teórico e político das licenciaturas e da política para formação continuada de professores. Conclui-se que as reformas na educação pública visam estabelecer um novo modelo de ensino correlato às exigências requeridas pelo capital na atualidade.

Palavras-chave: Formação docente; Licenciaturas; Neotecnicismo; Resolução CNE/CP nº 04/2024; Políticas educacionais.

Teacher Education Degrees in Question: Teacher Performativity Through Forms and the Control of Teaching Work

Abstract: This article aims to contribute to the understanding of key aspects of the current reforms in teacher education programs in Brazil. Grounded in historical-dialectical materialism, the study adopts a qualitative approach based on bibliographic and documentary research. Focusing on the analysis of Resolution CNE/CP No. 04/2024, the article discusses the implementation of a neotechnicist conception of education, the corresponding pursuit of teacher performativity, and the instrumentalization of teacher education policies. In this context, the reforms of teacher education programs, in line with the provisions of Resolution CNE/CP No. 04/2024, seek to promote policies aimed at curriculum standardization, the orientation of teaching and learning processes toward competency-based education, the systematic use of assessments to measure efficiency and performance, the expansion of monitoring and control mechanisms over

¹ Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM). <https://orcid.org/0000-0003-2891-2047>. E-mail: pg56425@uem.br.

² Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Unesp/Araraquara. Professor associado do Colegiado de História e do Programa de Pós-Graduação em Formação Docente Interdisciplinar da Universidade Estadual do Paraná. <https://orcid.org/0000-0001-6199-1061>. Email: renanbandeirante@gmail.com.

³ Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM). <https://orcid.org/0009-0002-7675-3271>. E-mail: mariajaquelineheidrich@gmail.com.

teaching work, and the accountability of teachers for school failure. As part of these trends, the implementation of the new National Student Performance Examination (ENADE) for teacher education programs, the expansion of distance education, the reinstatement of the National Teacher Examination, and the *More Teachers for Brazil Program* reveal the advance of neoliberal managerial practices in education. This process contributes to the theoretical and political impoverishment of teacher education programs and continuing teacher professional development policies. The study concludes that the ongoing reforms in Brazilian public education seek to establish a new educational model aligned with the contemporary demands of capital.

Keywords: Teacher education; Teacher education programs; Neotechnicism; Resolution CNE/CP No. 04/2024; Educational policies.

Introdução

As mudanças nas políticas de formação de professores nas últimas décadas evidenciam o acirramento das disputas em relação às diretrizes que devem matizar a educação, o papel social da escola pública e a definição das funções intrínsecas à atividade docente. Assim, tivemos que no contexto das reformas educacionais implementadas a partir da década de 1990 e intensificadas após 2016, no Brasil, a discussão sobre formação docente passou a ocupar posição estratégica nos projetos de reorganização da educação básica. Conforme discutiremos, trata-se de uma tendência subordinada à racionalidade neoliberal por meio da padronização curricular e da busca em estabelecer modelos de gestão com base em resultados quantificáveis, em tese, revelador da eficiência alcançada. Essa tendência não constitui um fenômeno isolado, mas acompanha o processo histórico de adequação da educação às transformações ocorridas no mundo do trabalho, em sintonia com as exigências das demandas relacionadas à acumulação do capital.

Conforme analisa Saviani (2021), as reformas educacionais contemporâneas expressam novas formas de articulação entre educação e produção econômica, reafirmando a função da escola na preparação de sujeitos ajustados às exigências do mercado de emprego, pois “A pedagogia tecnicista buscou planejar a educação de modo a dotá-la de uma organização racional capaz de minimizar as interferências subjetivas que pudessem pôr em risco sua eficiência” (Saviani, 2021, p. 381).

Nesse movimento, as licenciaturas tornam-se campo privilegiado de intervenção política, na medida em que controlar a formação docente significa também regular o trabalho pedagógico realizado na escola pública. Essas transformações relacionam-se às mudanças estruturais do capitalismo contemporâneo. Para Mészáros (2011), a crise do capital não se restringe à esfera econômica conjuntural, mas assume caráter estrutural, atingindo todas as dimensões da vida social e exigindo novas formas de reorganização do

trabalho, do Estado e das políticas públicas. Nesse contexto, a educação passa a ser atravessada por mecanismos de mercantilização e por demandas voltadas à formação de sujeitos flexíveis, adaptáveis e ajustados às exigências do mercado. De acordo com Harvey (2008), o neoliberalismo consolida-se como estratégia de recomposição do capital diante de suas crises, ampliando privatizações, flexibilização do trabalho e mecanismos de controle social.

No campo educacional mais especificamente, as reformas incorporam as demandas típicas da racionalidade empresarial quando da discussão/formulação das políticas públicas educacionais e da formação docente. Ou seja, tal qual a análise desenvolvida por Laval (2004), a escola subordina-se à lógica do capital e às exigências do neoliberalismo educacional reorganiza o sistema público de ensino segundo princípios de eficiência, produtividade e competitividade. No Brasil, esse movimento materializa-se na Reforma do Ensino Médio, na Base Nacional Comum Curricular e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores. A Resolução CNE/CP nº 02/2019, que instituiu a BNC-Formação, consolidou uma concepção formativa centrada no desenvolvimento de competências e habilidades alinhadas à BNCC. Ainda que a Resolução CNE/CP nº 04/2024 tenha sido apresentada como reformulação das diretrizes anteriores, nota-se a permanência de concepções que fundamentam a racionalidade gerencial, pragmática e neotecnicista na definição das políticas de ensino.

É por isso que a ênfase no desenvolvimento das competências não deve ser compreendida tão somente como uma escolha pedagógica. Na verdade, conforme destaca Laval (2004), a pedagogia das competências integra um processo mais amplo de adaptação da educação às exigências da economia contemporânea, deslocando o foco da apropriação do conhecimento científico para o desenvolvimento de capacidades consideradas úteis e funcionais ao mercado de emprego. Nessa perspectiva, a formação docente orienta-se em atender os critérios de desempenho, flexibilidade e adaptação permanente, haja vista que a "categoria de competência participa da estratégia de individualização perseguida pelas novas políticas de gestão dos recursos humanos" (Laval, 2004, p. 57).

O avanço do neotecnicismo constitui elemento central desse processo. Conforme argumenta Ball (2005), as reformas educacionais contemporâneas operam por meio da performatividade, compreendida como “uma tecnologia, uma cultura e um modo de

regulação” (p. 543), reorganizando práticas pedagógicas, produzindo mecanismos de vigilância e redefinindo subjetividades docentes. Ao analisar a lógica imanente dessas novas tendências, Saviani (2021) enceta que a formação de professores orientada para o desenvolvimento das competências operacionais, técnicas e instrumentais, obstaculizam a sólida formação teórica/crítica indispensável no exercício da atividade docente.

Como parte desse mesmo processo, observa-se que as atuais políticas para formação de professores intensificam mecanismos de monitoramento, avaliação e responsabilização sobre o trabalho pedagógico, a introdução na educação paranaense das plataformas digitais como o Livro Registro de Classe *On-line* (LRCO) e o *Power Business Intelligence* (BI) são reveladores dessas tendências. A centralidade atribuída às competências, aos indicadores de desempenho e às avaliações padronizadas evidenciam a incorporação da lógica da performatividade, do recrudescimento das formas de controle sobre o trabalho docente e da ingerência da gestão nos processos de ensino/aprendizagem.

É nesse cenário que se consolida a figura do “professor por formulário”, submetido a protocolos, plataformas, avaliações e indicadores de desempenho que reduzem a docência ao cumprimento de competências previamente definidas. Conforme Ball (2005), a performatividade opera por meio da produção contínua de evidências, comparações e indicadores que permitem monitorar e avaliar permanentemente indivíduos e instituições. Nesse contexto, o “professor por formulário” constitui uma expressão concreta da cultura performativa contemporânea, na qual o valor do trabalho docente passa a ser medido menos pelo processo educativo desenvolvido e mais pela capacidade de produzir registros que comprovem sua adequação às metas e padrões previamente estabelecidos.

Nesse viés, o professor deixa de ser reconhecido como sujeito intelectual do trabalho pedagógico e passa a ser validado pela capacidade de produzir evidências, preencher registros e atender métricas institucionais. A atividade docente é deslocada da esfera da práxis para a lógica da rastreabilidade, na qual ensinar importa menos do que comprovar continuamente que se ensinou (Freitas, 2013).

A partir desse preâmbulo introdutório, cabe agora aprofundar a análise sobre os significados das recentes reformas das licenciaturas. Com foco na análise da Resolução CNE/CP nº 04/2024, busca-se compreender as orientações baseadas nos pressupostos do

neotecnicismo, do controle sobre o trabalho e da formação docente. Metodologicamente, trata-se de uma análise qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, fundamentada no materialismo histórico-dialético, entendido como possibilidade de apreensão da realidade concreta em suas múltiplas determinações e contradições sociais. Conforme afirma Marx (2008, p. 47), “não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência”.

As reformas recentes das licenciaturas e o controle da formação docente

A Resolução CNE/CP nº 04/2024, aprovada em maio de 2024 pelo Conselho Nacional de Educação, ao instituir as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica, enfatiza que o documento deve ser compreendido menos como ruptura e mais como continuidade reordenada das políticas recentes de formação docente. Embora apresente alterações discursivas em relação à BNC-Formação de 2019, preserva elementos estruturais da racionalidade gerencial e neotecnicista, especialmente a centralidade das competências, a ênfase na prática imediata, o alinhamento às políticas curriculares nacionais e o fortalecimento de mecanismos avaliativos. A crítica, portanto, não se dirige apenas ao texto normativo, mas ao projeto de formação que ele expressa: um projeto subordinado às demandas do gerenciamento educacional, da performatividade e da adaptação flexível ao mercado.

Essa compreensão já havia sido desenvolvida em Couto (2024), ao analisar as Resoluções CNE/CP nº 02/2019 e nº 04/2024. O estudo evidenciou que as reformas educacionais recentes tendem a redefinir o professor como mediador técnico e executor de políticas padronizadas, deslocando a centralidade do conhecimento científico e reduzindo a docência à operacionalização de competências e habilidades previamente estabelecidas. A partir da centralidade atribuída às competências, temos que o ensino público tende a privilegiar conhecimentos úteis, mobilizáveis e imediatamente aplicáveis às demandas do mercado, corroboramos a análise de Laval (2004),

Definida como característica individual, a categoria de ‘competência’ participa da estratégia de individualização perseguida pelas novas políticas de gestão de ‘recursos humanos’. Qualidade pessoal reconhecida em um dado momento, ela não suporta nenhum direito, não liga o trabalhador a nenhum grupo, a nenhuma história coletiva, ela tende preferencialmente a seu isolamento e despedaça seu percurso profissional. O empregador não compra mais somente um serviço produtor com uma duração definida, nem mesmo uma qualificação

reconhecida dentro de um quadro coletivo como no tempo da regulamentação fordista pós-guerra, ele compra sobretudo um ‘capital humano’, uma ‘personalidade global’ combinando uma qualificação profissional *stricto sensu*, um comportamento adaptado à empresa flexível, um gosto pelo risco e pela inovação, um engajamento máximo na empresa, etc (p. 57).

Nessa lógica, os saberes teóricos, críticos e contemplativos perdem legitimidade diante da valorização da adaptação, da flexibilidade e do desempenho individual. Como evidencia o autor, a pedagogia das competências integra uma estratégia de individualização do trabalho e da formação, deslocando a educação de uma perspectiva coletiva e emancipatória para a constituição de sujeitos ajustáveis às exigências do mercado de emprego flexível.

Segundo Laval (2004), observa-se a consolidação de uma nova concepção de escola profundamente marcada pela racionalidade neoliberal e pela lógica empresarial. Nesse processo, a instituição escolar passa a ser reorganizada conforme princípios de gestão, produtividade, desempenho e competitividade, aproximando-se cada vez mais do modelo de empresa. A educação deixa de ser compreendida prioritariamente como espaço de formação social e política, sendo progressivamente subordinada às demandas da produção e da correlata formação de capital humano. Ou seja, ao negar peremptoriamente que o ensino tenha como objetivo a formação humana e o desenvolvimento da potência emancipadora dos indivíduos, a instituição escolar deve ser reorganizada segundo os imperativos da competitividade e da lógica produtiva, operando prioritariamente em função da “eficiência produtiva e da inserção profissional” (2004, p. 23).

Como dizem os especialistas da OCDE, “os empregadores exigem dos trabalhadores que eles não apenas sejam qualificados, mas também mais maleáveis e ‘aptos a se capacitar’. Para produzir assalariados adaptáveis, a escola, que vem antes do trabalho, deveria ser uma organização flexível, em inovação constante, que atenda tanto aos desejos mais diferenciados e variáveis das empresas como às necessidades diversas dos indivíduos (Laval, 2019, p. 23).

Nesse cenário, a escola contemporânea passa por um processo de reconfiguração profundamente marcado pela lógica econômica e pela racionalidade neoliberal, que redefine suas finalidades históricas e sua função social. Cada vez mais submetida aos imperativos da produtividade, da eficiência e do desempenho, a instituição escolar tende a incorporar mecanismos de flexibilização e adaptação às demandas do capital,

convertendo tempos, relações e práticas educativas em dimensões orientadas pelo valor econômico.

Como consequência, aumenta-se o fosso que separa a escola da possibilidade de seu horizonte formativo, crítico e emancipatório, ganhando fôlego a perspectiva pela qual a escola opera prioritariamente em função das exigências do mercado e da gestão por resultados. Assim, ao reconfigurar-se sob os moldes da sociedade contemporânea, a instituição escolar revela sinais de esgotamento em relação às finalidades para as quais foi historicamente constituída, demonstrando dificuldades em sustentar sua função de formação humana ampla diante do avanço da racionalidade neoliberal (Heidrich, 2025).

Com base nessas premissas, é possível avançar para a análise dos documentos que orientam a formação docente na contemporaneidade. Nesse sentido, a Resolução CNE/CP nº 4/2024 reforça a centralidade da prática como eixo organizador da formação, ao enfatizar o desenvolvimento de experiências voltadas à atuação profissional desde o início do curso (Brasil, 2024). Embora a articulação entre teoria e prática constitua dimensão fundamental da docência, a maneira como essa diretriz vem sendo incorporada nas reformas recentes tende a privilegiar uma perspectiva pragmática e instrumental da prática pedagógica. Como consequência, a formação teórica, a reflexão crítica e a compreensão histórica do trabalho educativo são secundarizadas em favor da adaptação imediata às demandas operacionais da escola, às plataformas de monitoramento e às políticas de avaliação e desempenho.

Nessa mesma direção, a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope, 2025) identifica que as atuais políticas de formação docente permanecem atravessadas por processos de mercantilização, privatização e empresariamento da educação. As licenciaturas tornam-se espaço estratégico de disputa entre dois projetos antagônicos: de um lado, uma formação crítica e socialmente referenciada, de outro, uma formação técnica, pragmática e submetida à pedagogia das competências. Essa tensão expressa o embate entre concepções distintas de educação: uma orientada pela formação humana ampla e pela apropriação do conhecimento científico historicamente produzido; outra voltada à adaptação dos sujeitos às exigências da empregabilidade, da flexibilidade e da competitividade.

Essa disputa revela o avanço do neotecnicismo educacional, diferentemente do tecnicismo clássico, centrado na prescrição de métodos de ensino. Para Saviani (2021), embora o tecnicismo clássico estivesse associado à racionalização dos meios pedagógicos e à busca pela eficiência do processo educativo, suas reformulações contemporâneas preservam o princípio fundamental de subordinação da educação às exigências da produtividade econômica. O neotecnicismo mantém essa matriz, porém passa a operar por meio de mecanismos mais sofisticados de regulação, incorporando avaliações externas, indicadores de desempenho, padronização curricular, dispositivos de monitoramento permanente, plataformas digitais, padronização curricular e responsabilização docente.

Corroboram as reflexões de Freitas (2013) ao destacar que a educação pública, na década de 1990, foi marcada pelo predomínio das pedagogias do aprender a aprender, reconfiguradas por concepções neoprodutivistas vinculadas às transformações do mundo do trabalho contemporâneo. Nesse contexto, o neotecnicismo consolidou-se como uma das principais matrizes orientadoras das políticas públicas educacionais, influenciando reformas curriculares, propostas didático-pedagógicas e processos de formação docente, focando no uso das novas tecnologias educacionais.

A análise conceitual de Saviani é perfeitamente válida para o contexto neotecnicista mais recente, apresentado agora sob a forma da teoria da “responsabilização” e/ou “meritocracia”, em que se propõe a mesma racionalidade técnica de antes na forma de “standards” de aprendizagem medidos em testes padronizados, com ênfase nos processos de gerenciamento da força de trabalho da escola (controle pelo processo, bônus e punições), ancoradas nas mesmas concepções oriundas da psicologia behaviorista, da econometria, das ciências da informação e de sistemas, elevadas à condição de pilares da educação contemporânea (Freitas, 2013, p.48-49).

De acordo com Freitas (2013) e Ball (2005, p. 543), a performatividade atua como “tecnologia”, “cultura” e “modo de regulação”, produzindo mecanismos de vigilância, comparação e controle. Mais do que avaliar resultados, esse modelo reorganiza subjetividades docentes e converte o professor em gestor permanente de sua própria performance.

Ao reforçar currículos alinhados nacionalmente, competências previamente estabelecidas e mecanismos centralizados de avaliação, a Resolução CNE/CP nº 04/2024

contribui para o enfraquecimento da autonomia universitária e da autonomia docente. A formação tende a ser reorganizada menos a partir das necessidades históricas e sociais concretas da escola pública e mais a partir de referenciais nacionais padronizados, produzindo um estreitamento da formação crítica e da pluralidade teórico-pedagógica.

Outrossim, são disseminados os paradigmas definidores do “professor por formulário” cuja configuração da atividade docente é marcada pela intensificação de registros, protocolos, métricas e mecanismos de rastreabilidade pedagógica. Trata-se de uma forma de regulação do trabalho docente na qual o professor passa a ser continuamente avaliado pela produção de evidências, preenchimento de instrumentos padronizados e demonstração de competências previamente definidas. Nessa lógica, a atividade pedagógica tende a ser deslocada da esfera da práxis crítica para a administração permanente do desempenho.

Essa expressão sintetiza uma mutação profunda do trabalho docente no capitalismo contemporâneo. O professor deixa de ser reconhecido como sujeito intelectual do processo pedagógico e passa a ser validado pela capacidade de preencher evidências, cumprir protocolos e produzir indicadores verificáveis. A atividade pedagógica é reorganizada segundo critérios externos, abstratos e quantificáveis, subordinando o trabalho educativo à lógica da mensuração permanente.

Conforme assinalado por Ball (2005), a performatividade produz sujeitos que passam a organizar suas práticas em função de metas, indicadores e comparações permanentes. Nessa perspectiva, o “professor por formulário” não constitui apenas uma exigência burocrática, mas uma forma específica de subjetivação docente, na qual a validação profissional depende crescentemente da capacidade de produzir evidências verificáveis de desempenho.

As recentes reformulações do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) das licenciaturas articulam-se ao conjunto de políticas de regulação da formação docente implementadas pelo Ministério da Educação nos últimos anos. A ampliação dos mecanismos de acompanhamento da formação, associada à defesa de avaliações práticas e monitoramento contínuo do desempenho discente durante os estágios supervisionados, reforça a centralidade atribuída à mensuração de competências e habilidades na formação inicial de professores.

O exame deixa de atuar apenas como instrumento avaliativo e passa a integrar um sistema ampliado de regulação da formação docente. Além da avaliação teórica, institui-se uma avaliação prática semestral realizada durante o estágio supervisionado, na qual o professor-supervisor deve registrar, por meio de formulários padronizados, competências, habilidades, comunicação, planejamento e desempenho do futuro docente.

Além disso, a Resolução CNE/CP nº 04/2024 reforça mecanismos de acompanhamento e avaliação da formação docente ao defender processos permanentes de monitoramento das aprendizagens e do desenvolvimento profissional (Brasil, 2024). Inserida no contexto das avaliações externas e da expansão de sistemas nacionais de mensuração da qualidade, essa diretriz fortalece formas de regulação que aproximam a formação docente da lógica da performatividade descrita por Ball (2005). O que se observa não é apenas a ampliação de instrumentos avaliativos, mas a consolidação de uma cultura de responsabilização e vigilância sobre o trabalho docente, mecanismos indispensáveis para a constituição do “professor reflexivo”, nos termos da sofisticada apologia neoliberal disseminada por Donald Shön (1992).

Esse processo também se articula à expansão mercantilizada da educação a distância nas licenciaturas. O problema central não reside na modalidade em si, mas nas condições históricas de sua expansão no Brasil, profundamente vinculada aos interesses do mercado educacional. Grandes grupos privados transformam a formação docente em produto de baixo custo, alta escala e rápida certificação, favorecendo modelos aligeirados, fragmentados e organizados por apostilas, videoaulas e avaliações automatizadas.

Nessas condições, o futuro professor é privado da experiência universitária plena, da pesquisa, da extensão e da formação coletiva, elementos fundamentais para uma formação crítica e intelectual. A licenciatura deixa de ser concebida como espaço de produção do conhecimento e passa a ser tratada como percurso acelerado de certificação para o mercado. Conforme analisa Laval (2004),

O objetivo político é, na verdade, transformar a escola numa máquina eficiente a serviço da competitividade econômica. A instituição escolar é intimada a funcionar segundo a lógica da empresa, isto é, segundo os imperativos da eficácia, da rentabilidade e da adaptação permanente às exigências econômicas e sociais (p. 254).

A expansão mercantilizada da EaD nas licenciaturas insere-se diretamente nessa lógica, convertendo a formação docente em produto de rápida certificação e reduzindo a universidade à função de fornecedora de competências ajustadas às exigências do mercado de emprego. Quando a educação é submetida à racionalidade empresarial, a formação docente passa a ser orientada por critérios de eficiência, redução de custos e empregabilidade. Esse movimento reforça aquilo que Harvey (2008) identifica como expansão da racionalidade mercantil para esferas historicamente vinculadas aos direitos sociais.

No interior dessas reformas insere-se também o Programa Mais Professores para o Brasil, instituído pelo Governo Federal em 2025 e apresentado pelo Ministério da Educação como estratégia voltada à valorização docente, ao fortalecimento das licenciaturas e ao enfrentamento da carência de professores na educação básica. Organizado em eixos como incentivo à formação inicial, bolsas para estudantes de licenciatura, seleção docente, formação continuada e valorização profissional, o programa surge em um contexto marcado pela queda na procura pelos cursos de formação de professores, pela evasão discente e pela intensificação da precarização do trabalho docente.

Embora apresentado sob o discurso da valorização da docência, grande parte das ações do “Programa Mais Professores” para o Brasil concentra-se em mecanismos de seleção, avaliação e responsabilização individual, deslocando problemas estruturais da formação e do trabalho docente para o desempenho dos sujeitos. Em vez de enfrentar estruturalmente questões como salário, carreira e condições de trabalho, o programa tende a priorizar políticas focalizadas e compensatórias, reforçando mecanismos de regulação e monitoramento da docência. Interessante notar que, na pesquisa do Instituto Semesp (2024, p. 28), perguntados sobre a razão para a escolha da profissão, os professores responderam: “Na época em que eu escolhi, a profissão era bem remunerada, e ser professor era ser valorizado na sociedade”. Na resposta encontramos certo desencanto, pois 79,4% dos/as professores/as já pensaram em desistir da docência (Instituto Semesp, 2024).

A retomada da Prova Nacional Docente, incorporada às ações do programa, reintroduz a avaliação nacional como mecanismo de seleção e regulação da docência. Apresentada sob o discurso da valorização profissional e da melhoria da qualidade da

educação, a proposta fortalece uma lógica meritocrática e classificatória que individualiza problemas historicamente produzidos. A precarização do trabalho docente, a evasão nas licenciaturas e a baixa atratividade da carreira não decorrem da ausência de avaliações nacionais, mas das próprias condições materiais de desvalorização da profissão. Criar novos mecanismos avaliativos sem enfrentar as determinações estruturais da precarização do trabalho docente significa deslocar para os indivíduos contradições produzidas historicamente no interior da própria organização social do trabalho educativo. Ao discutir a função social dos intelectuais, Gramsci (2001) contribui para compreender a docência para além da dimensão técnico-operacional.

O modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas numa inserção ativa na vida prática, como construtor, organizador, “persuasor permanente”, e não apenas simples orador. O intelectual deve participar ativamente da vida social, vinculando conhecimento, organização e direção cultural (p. 53).

Essa compreensão permite pensar à docência para além da dimensão técnico-operacional. O professor não pode ser reduzido à condição de executor de competências e protocolos padronizados, pois sua função envolve mediação crítica do conhecimento, formação humana e participação ativa na disputa pelos projetos de sociedade.

O neotecnicismo, portanto, não altera apenas currículos ou metodologias. Ele redefine a identidade profissional do professor. A docência passa a ser concebida menos como práxis crítica e mais como desempenho monitorado. Menos como mediação do conhecimento e mais como entrega de resultados verificáveis. O professor é progressivamente afastado de sua condição de intelectual e aproximado da figura de executor técnico de políticas educacionais padronizadas (Saviani, 2021).

Conforme analisa Frigotto (2010), a educação constitui espaço atravessado pelas contradições entre capital e trabalho. As reformas educacionais não são neutras; expressam projetos societários em disputa. De um lado, um projeto que subordina a formação docente às exigências do mercado de emprego, da empregabilidade e da mensuração. De outro, um projeto que compreende a formação como processo histórico, político e socialmente referenciado.

Dessa forma, a Resolução CNE/CP nº 04/2024, o novo ENADE das licenciaturas, a expansão mercantilizada da EaD e programas como o Mais Professores para o Brasil

integram uma mesma racionalidade política: a racionalidade neotecnicista agora no formato neoliberal de controle da formação e do trabalho docente. Ao mesmo tempo em que prometem inovação, qualidade e valorização, tais políticas aprofundam a padronização curricular, a responsabilização individual, a precarização e a mercantilização da educação.

Assim, as pretensas mudanças trazidas pela Resolução CNE/CP nº 04/2024 evidencia que a nova política para formação de professores não representa ruptura com a racionalidade anterior, mas sua reconfiguração. Ainda que o novo documento apresente alterações discursivas e flexibilizações pontuais, permanecem elementos estruturantes da política de formação baseada em competências, performatividade avaliação e alinhamento curricular, símbolos essenciais da razão neoliberal a matizar a educação. É por isso que a reforma das licenciaturas deve ser compreendida como parte de um movimento mais amplo de reestruturação do trabalho docente e de adequação da educação às exigências da acumulação do capital na contemporaneidade.

Considerações finais

As análises desenvolvidas neste estudo evidenciam que as recentes reformas das licenciaturas não podem ser compreendidas como simples atualizações curriculares ou reorganizações administrativas. Tais políticas expressam um movimento mais amplo de reconfiguração da formação docente sob a racionalidade neoliberal, aprofundando mecanismos de controle, padronização e regulação sobre o trabalho pedagógico.

Ao privilegiar competências, indicadores de desempenho e avaliações padronizadas, as atuais diretrizes intensificam o avanço do neotecnicismo educacional. Nesse movimento, a atividade docente é reduzida ao desempenho técnico-operacional, enquanto a formação teórica, crítica e socialmente referenciada esfuma-se em meio às reformas. O professor passa a ser submetido a protocolos, plataformas e métricas que reorganizam o trabalho pedagógico segundo critérios externos e mensuráveis.

A expansão mercantilizada da educação a distância, o novo ENADE das licenciaturas, a retomada da Prova Nacional Docente e programas focalizados de formação evidenciam a consolidação de políticas fragmentadas que individualizam

problemas historicamente produzidos. A precarização do trabalho docente, a evasão nas licenciaturas e a baixa atratividade da carreira não decorrem da ausência de mecanismos avaliativos, mas das próprias contradições estruturais que atravessam a educação pública no capitalismo contemporâneo.

As reformas recentes das licenciaturas não apenas reorganizam currículos ou mecanismos avaliativos, elas produzem uma redefinição histórica da própria docência. Ao submeter a formação de professores à racionalidade da mensuração, da performatividade e da adaptação flexível ao mercado, tais políticas esvaziam a dimensão intelectual do trabalho pedagógico e aprofundam processos de controle sobre a escola pública. No bojo dessas novas tendências, consolida-se a figura do “professor por formulário”, expressão que sintetiza a transformação da docência em atividade permanentemente monitorada, mensurada e regulada por indicadores, plataformas e mecanismos de responsabilização.

Para Christian Laval (2004), a perda do sentido da escola e do saber na sociedade do capital globalizado constitui expressão da própria crise política, cultural e moral da sociedade capitalista, cuja lógica predominante carrega em si a destruição do vínculo social e, particularmente, do vínculo educativo. Nessa perspectiva, a escola não pode ser compreendida como empresa, uma vez que sua função social ultrapassa a lógica utilitarista do mercado e da formação voltada exclusivamente às demandas da competitividade econômica. Defender outra concepção de formação docente implica enfrentar as bases materiais que sustentam a mercantilização da educação e reafirmar a docência como práxis crítica, trabalho intelectual e dimensão estratégica da luta pela escola pública e pela emancipação humana.

Referências

ANFOPE. **Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação**. Documento Final do XXII Encontro Nacional da ANFOPE: 39 anos da Carta de Goiânia: momento de celebrar conquistas e enfrentar desafios. Goiânia: ANFOPE, 2025.

BALL, Stephen J. **Profissionalismo, gerencialismo e performatividade**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 35, n. 126, p. 539-564, set./dez. 2005.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília, DF: CNE, 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica. Brasília, DF: CNE, 2024.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. **Altera as Leis nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e nº 11.494/2007**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 fev. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **MEC lança Programa Mais Professores para o Brasil**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br>. Acesso em: 18 maio 2026.

COUTO, Caline do Carmo. **Trabalho, educação e política de formação de professores: uma análise crítica das Resoluções 02/2019 e 04/2024**. 2024. 138 f. Dissertação (Mestrado em Ensino: Formação Docente Interdisciplinar) - Universidade Estadual do Paraná, Campus de Paranavaí, Paranavaí, 2024.

FREITAS, Luiz Carlos. Responsabilização, meritocracia e privatização: conseguiremos escapar ao neotecnicismo? In: **Plano Nacional da Educação (PNE): questões desafiadoras e embates emblemáticos**. PINO, Ivany Rodrigues; ZAN, Dirce Djanira Pacheco. (Org.). Brasília, DF: Inep, 2013.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva: um reexame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 2.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

HEIDRICH, Maria Jaqueline Giovanini. Ensino público brasileiro e neoliberalismo: análise crítica do PNE 2014-2024 e do PL nº 2614/24. 2025. 128 f. Dissertação (Mestrado em Ensino: Formação Docente Interdisciplinar) – Universidade Estadual do Paraná, Campus de Paranavaí, Paranavaí, 2025.

INSTITUTO SEMESP. **Perfil e desafios dos professores da educação básica no Brasil**. São Paulo: Instituto Simesp, 2024. Disponível em: <https://www.simesp.org.br/pesquisas/pesquisa-perfil-e-desafios-dos-professores-da-educacao-basica-no-brasil/>. Acesso em: 15 maio. 2026.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: o neo-liberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: Editora Planta, 2004.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 6. ed. Campinas: Autores Associados, 2021.

SCHON, D. A. Formar professores como profissionais reflexivos. In: NÓVOA, A (org). Os professores e sua formação. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992. P. 77-91.

Submissão: 26/06/2026. **Aprovação:** 24/08/2026. **Publicação:** 31/08/2026.